

Exma. Senhora Dra.,

Junto envio nota relativa à admissão da presente iniciativa legislativa, para efeitos de despacho pela Sra. Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 16º do RAR.

<b>Forma da iniciativa</b>	Proposta de Lei
<b>Nº da iniciativa/LEG/sessão:</b>	<a href="#">312/XII/4.ª</a>
<b>Proponente:</b>	Governo
<b>Assunto:</b>	<i>Aprova o Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais bem como o parecer da Ordem dos Enfermeiros</i>
<b>Audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas nos termos do artigo 142.º do Regimento, para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição:</b>	Não parece justificar-se
<b>Comissão em razão da matéria:</b>	Comissão de Saúde (9.ª)* com eventual conexão com a Comissão de Segurança Social e Trabalho (10.ª)
A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

\* O Documento Técnico de Orientação para a Atividade Parlamentar ([DAR II Série-C n.º 9, 2011.08.05](#)), relativamente às atribuições da 10.ª Comissão, refere que “*No que respeita às associações públicas profissionais – Câmaras ou Ordens Profissionais - são atribuições específicas da Comissão, a matéria relativa à criação (extinção, fusão e cisão) de ordens profissionais e todas as alterações subsequentes relacionadas com o exercício da profissão. (...) Exceciona-se do anteriormente referido, por razões histórico-institucionais, os processos legislativos relativos aos **estatutos da Ordem dos Advogados**, da Câmara dos Solicitadores, da Ordem dos Notários, da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Farmacêuticos, da Ordem dos Médicos Dentistas e da Ordem dos Enfermeiros, os quais devem ser acompanhados pelas Comissões Parlamentares com competências nas correspondentes matérias, respetivamente, a **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** e a Comissão de Saúde.*”

A assessora parlamentar,

Isabel Pereira

DAPLEN  
(Ext. 11591)